
A temática socioambiental na Serra da Bodoquena (MS): análise de enquadramento jornalístico no jornal Correio do Estado (2019 - 2022)¹

Loraine França GONÇALVES²

Marcos Paulo da SILVA³

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS

RESUMO

Esta pesquisa situa-se, essencialmente, no escopo dos estudos teóricos em Jornalismo e se atenta à temática socioambiental como forma de investigar os enquadramentos jornalísticos (ENTMAN, 1993; GITLIN, 2003; PORTO, 2002) em matérias veiculadas pelo jornal impresso Correio do Estado, sediado em Campo Grande (MS). O recorte empírico abrange publicações ocorridas entre os anos de 2019 e 2022 e são consideradas unidades de análise nos gêneros notícia e reportagem (MELO, ASSIS, 2010). Ao todo, nove casos constituem o *corpus* do presente estudo. Parte-se da hipótese de que a problemática socioambiental da região possui pouca visibilidade na imprensa sul-mato-grossense em termos do desvelamento de sua complexidade, enfatizando essencialmente a singularidade dos acontecimentos narrados.

PALAVRAS-CHAVE: Teorias do jornalismo; enquadramento jornalístico; Correio do Estado; Serra da Bodoquena; socioambiental.

Social e ambiental: uma introdução ao debate

Meio ambiente. Desenvolvimento sustentável. Aquecimento global. Crise climática. Todas essas questões têm ganhado destaque nos últimos anos em publicações acadêmicas e nos noticiários. No cerne das preocupações com o futuro da humanidade e da preservação da natureza, está a complexidade da relação entre sociedade e meio ambiente – vínculo, este, que tem nos conduzido, cada vez mais, à terminologia “socioambiental” como forma de demonstrar a indissociabilidade do binômio homem-natureza e reafirmar a importância do desenvolvimento sustentável. Embora não raramente tenhamos a impressão no âmbito do senso comum (SOUZA MARTINS, 2010; GEERTZ, 2007) de que a união conceitual entre “social” e “ambiental” seja de simples

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Mestranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFMS, graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela UFMS, e-mail: loraine.fg2010@gmail.com.

³ Professor associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), com estágio de doutorado-sanduíche pela Syracuse University (EUA) e estágio de pós-doutorado pela Michigan State University (EUA). E-mail: marcos.paulo@ufms.br.

compreensão, sua complexidade ultrapassa as instâncias de fácil trânsito comunicativo (SODRÉ, 2009). Veiga (2015), em suas investigações acerca da emergência socioambiental, reflete sobre a evolução semântica do conceito, terminologia cada vez mais utilizada sem a hifenização. Segundo o autor, a adoção do termo uno não remete ao mero acaso e “responde a uma necessidade objetiva”, conforme acrescenta:

A um imperativo que nunca poderá ser entendido – e muito menos explicado – por quem insista em negar ou rejeitar que a relação entre cultura e natureza tenha um caráter essencialmente dialético. (VEIGA, 2015, p. 133).

Nesse contexto, a presente pesquisa – parte de um estudo mais amplo em nível de pós-graduação *stricto sensu* – se debruça nos estudos teóricos de Jornalismo com foco no enquadramento jornalístico (ENTMAN, 1993; GITLIN, 2003; PORTO, 2002), se atentando à temática socioambiental para investigar e refletir acerca do enquadramento construído pelo jornal Correio do Estado⁴, sediado em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, a respeito da Serra da Bodoquena, localizada no sudoeste do estado. O recorte empírico abrange matérias veiculadas entre os anos de 2019 e 2022, considerando-se as dos gêneros notícia e reportagem (MELO, ASSIS, 2010). Integram o *corpus* deste trabalho nove casos e parte-se da hipótese de que o tema tem pouca visibilidade na imprensa sul-mato-grossense, sendo sua complexidade pouco explorada.

Como principal referencial teórico-metodológico, são considerados os estudos de enquadramento jornalístico desenvolvidos por Entman (1993), que sistematiza quatro categorias de funções do enquadramento que nos permitem a interpretação dos dados empíricos: 1) definição do problema; 2) diagnóstico de causas; 3) julgamentos morais e, 4) proposição de soluções. Para melhor aprofundamento das análises de enquadramento, consideram-se, ainda, as reflexões de Sodré (2009) acerca do assunto, que define o enquadramento como um sistema de referências capazes de atribuir sentido a “uma ocorrência ou uma situação qualquer, de modo a organizar a experiência social”.

Subindo a Serra

A Serra da Bodoquena está localizada no sudoeste de Mato Grosso do Sul e quatro municípios a integram: Bodoquena, Bonito, Jardim e Porto Murtinho (BOGGIANI, 1999,

⁴ O Correio do Estado é o mais antigo e influente jornal impresso de Mato Grosso do Sul, criado em 7 de fevereiro de 1954 (SILVA; RAPOSO, 2021).

p.11). De beleza cênica em virtude da presença de rios de águas cristalinas azul-esverdeadas, cachoeiras, grutas, cavernas, rios subterrâneos e paredões de tufas calcárias⁵, esta região possui grande significância científica por ser sua geomorfologia datada de 550 a 770 milhões de anos, durante o período Pré-Cambriano (BOGGIANI, 1999, p.15). Fósseis de mastodonte (*Stegomastadon*), preguiça (*Eremotherium*), tigre-dente-de-sabre (*Smilodon*) e tatu (*Glyptodon*) encontrados na Serra da Bodoquena (ICMBIO, 2003) reforçam a importância do local para as pesquisas.

Tem sido visível nas primeiras décadas do século XXI o avanço de atividades econômicas como a agropecuária, a mineração e o turismo massivo, principalmente, na região dos municípios de Bonito e Bodoquena, onde se encontra o Parque Nacional da Serra da Bodoquena⁶, importante unidade de conservação federal criada para proteger o patrimônio natural da região. Em meio a esse avanço encontram-se populações tradicionais como trabalhadores rurais assentados, indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Esta característica reforça a importância das reflexões sobre os aspectos socioambientais na região, haja vista que tais atividades econômicas, se não estiverem alinhadas às questões ambientais, podem ter reflexos negativos não somente na natureza, mas naqueles que dela dependem: os seres humanos.

Nos últimos anos, uma série de problemas ambientais ocorridos na Serra da Bodoquena começaram a ganhar destaque nos noticiários locais e nacionais, como o turvamento de rios de águas cristalinas causado, sobretudo, pelo desmatamento e desvio de nascentes; o risco do desaparecimento de rios; cachoeiras com diminuição do fluxo de água, como ocorrido com a queda mais alta do estado, a cachoeira Boca da Onça (156 metros de altura), em janeiro de 2023⁷. Tais ocorrências reforçam a urgência na visibilidade dos temas relacionados às questões socioambientais na Serra da Bodoquena.

Nas trilhas da metodologia

⁵ Rochas calcárias puras que, conforme Boggiani (1999), por sua pureza garantem a limpidez da água dos rios e são responsáveis pelas “inúmeras belezas da região” (BOGGIANI, 1999, p. 110)

⁶ Criado em 21 de setembro de 2000, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena é uma Unidade de Conservação de proteção integral que abrange os municípios de Bodoquena, Bonito, Jardim e Porto Murtinho. Ao todo, possui 76.481 hectares e seu interior guarda importantes cenários geológicos, biodiversidade e rios de águas cristalinas. Informações disponíveis em <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado/lista-de-ucs/parna-da-serra-da-bodoquena>.

⁷ A cachoeira Boca da Onça é considerada a mais alta de Mato Grosso do Sul e a oitava do Brasil nesse aspecto, conforme aponta o Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Cara da Onça, Unidade de Conservação localizada frontalmente à cachoeira, no município de Bodoquena (MS).

O caminho percorrido neste estudo segue quatro etapas que integram levantamentos quanti e qualitativos. A coleta das matérias veiculadas pelo periódico *Correio do Estado* entre os anos de 2019 e 2022, a partir da busca pela palavra-chave “Serra da Bodoquena”, é o primeiro passo desse percurso. Ao todo, 41 matérias citam ao menos uma vez o termo “Serra da Bodoquena”, das quais 17 foram veiculadas em 2019; três em 2020; sete em 2021; e 14 em 2022. Do total, nove foram selecionadas e analisadas neste estudo, sendo quatro veiculadas em 2019; nenhuma em 2020; duas em 2021; e três em 2022. O critério utilizado para a seleção, que se refere à segunda etapa do percurso, prioriza conteúdos relacionados a questões ligadas ao meio ambiente. A tabela a seguir traz um panorama sobre o total de matérias com o termo Serra da Bodoquena em cada ano e o número de selecionadas para análise.

Ano de publicação	Total	Selecionadas
2019	17	4
2020	3	0
2021	7	2
2022	14	3

Tabela 1: Matérias coletadas a partir do uso da palavra-chave Serra da Bodoquena.

Fonte: Tabela elaborada pelos autores para finalidade do artigo.

Entre o material não considerado para análise estão matérias da editoria Esportes, bem como textos que citam a palavra-chave, mas com conteúdos que não se referem ao foco deste artigo. Os critérios adotados explicam o motivo do ano de 2020 não apresentar matérias selecionadas para análise, considerando que, das três publicações publicadas naquele ano, uma matéria é de caráter turístico; a segunda aborda o perfil de um personagem específico, apenas mencionando a palavra-chave; e a terceira tem foco em obras de rodovias, apenas citando a palavra-chave a partir do nome do Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

A tabela abaixo exhibe informações sobre as matérias jornalísticas que compõem o *corpus* para análise do enquadramento:

Caso	Data veiculação	Título	Editoria
1	07/05/2019	Drenagem em nascente ameaça Rio Perdido	Cidades
2	25/07/2019	Justiça declara caducidade de decreto que criou parque nacional	Cidades

3	28/08/2019	Desvio de nascente do Salobra pode prejudicar turismo	Cidades
4	11/09/2019	Liminar que retirava 80% de parque é cassada	Cidades
5	15/04/2021	Parque Serra da Bodoquena incluído em programa de desestatização	Brasil
6	13/07/2021	Bombeiros monitoram área próxima ao Parque da Bodoquena após extinguir fogo	Cidades
7	03/01/2022	Ecologia nas estradas	Correio B
8	17/02/2022	Lei das Águas Cristalinas deve voltar à pauta na Assembleia Legislativa	Cidades
9	23/02/2022	Concessão de parques será assinada na próxima semana	Política

Tabela 2: *Corpus* constituído para análise do enquadramento jornalístico.

Fonte: Tabela elaborada pelos autores para finalidade do artigo.

A terceira etapa desta investigação abarca a análise do *corpus* a partir do referencial teórico-metodológico de categorização estabelecida por Entman (1993). Neste vértice, a concepção de enquadramento jornalístico pode ser entendida em analogia ao enquadramento fotográfico, conforme discorrem Gonçalves e Silva (2023):

O fotógrafo, ao registrar uma cena, enquadra o conteúdo de acordo com seu ponto de vista, direcionando suas lentes para aquilo que deseja retratar, ajustando a luz e o foco de sua câmera para a captação que pretende do real. (GONÇALVES; SILVA, 2023).

Como na fotografia, o texto jornalístico também se constitui de quadros (*frames*) que definem uma moldura (problema), diagnosticando causas, promovendo julgamentos morais e sugerindo soluções (ENTMAN, 1993). Em termos teórico-conceituais, o enquadramento jornalístico envolve seleção e saliência, já que aspectos da realidade percebida são selecionados e tornam-se, a partir dos enquadres, mais salientes (ENTMAN, 1993; GITLIN, 2003). Decorre desta interpretação a categorização definida por Entman (1993) adotando como ponto de partida a análise da cobertura jornalística de dois acidentes aéreos veiculados pelos periódicos *The New York Times* e *Washington Post*. O estudo levou o autor a concluir que no enquadramento estão presentes também influências da rotina jornalística e questões ideológicas que transpassam os veículos de comunicação.

Desse modo, Entman (1993) observa que o *frame* pode se localizar em quatro pontos no processo de comunicação: no comunicador, no texto, no receptor e na cultura.

Nesta pesquisa, as reflexões decorrentes da análise de enquadramento sobre a cobertura jornalística de questões socioambientais na Serra da Bodoquena possuem foco no texto noticioso.

Ademais, ainda sobre o aprofundamento das questões relativas ao método, são pertinentes as contribuições de Sodré (2009), ao pontuar que o enquadramento constitui um sistema de referências, tais como regras e esquemas interpretativos, capazes de atribuir “sentido a uma ocorrência ou uma situação qualquer, de modo a organizar a experiência social”. O autor acrescenta:

Seja de natureza política, ética ou estética, o enquadre afina-se evidentemente com a cultura de um grupo específico, permitindo ao ator social descrever, interpretar ou categorizar situações que se lhe afiguram como problemáticas. Por meio dele, um problema social é suscetível de converter-se em problema público, dando margem ao surgimento de ações coletivas”. (SODRÉ, 2009, p. 38).

Vale ressaltar que a matriz analítica do presente estudo abrange as quatro funções categorizadas por Entman (1993) e acrescenta na análise textual outros dois aspectos, quais sejam, a identificação das fontes com citação direta e a verificação de citação sobre impactos socioambientais, conforme descrito abaixo:

Definição do problema
Diagnóstico das causas
Julgamentos morais
Proposição de soluções
Fontes com citação direta
Impactos socioambientais

Tabela 3: matriz analítica para aplicação no *corpus*.

Fonte: Tabela elaborada pelos autores para finalidade do artigo.

A teoria iluminando o caminho - análise do *corpus*

Conforme evidenciado na Tabela 2, as matérias jornalísticas que constituem o *corpus* da investigação foram categorizadas como casos distintos. Assim, o Caso 1 se refere à matéria publicada no dia 7 de maio de 2019, na editoria Cidades, com o título “Drenagem em nascente ameaça Rio Perdido”. O conteúdo ganhou destaque na capa com

a chamada “Rio Perdido: mais um paraíso natural sob ameaça”. O enquadramento jornalístico presente no texto destaca o problema da drenagem de nascentes do Rio Perdido, em Bonito, que poderá causar assoreamento e até desaparecimento do rio se não for resolvido. Conforme a publicação, a agropecuária é a principal causa do problema, sendo as fazendas Princesinha e Baía das Garças responsáveis por drenos das nascentes do Rio Perdido. Considerado a principal artéria do Parque Nacional da Serra da Bodoquena (PNSBd), o Rio Perdido, segundo o texto, está localizado em meio às matas de um dos mais importantes ecossistemas do Pantanal. A matéria destaca, ainda, a importância do PNSBd para a preservação das características geológicas especiais da Serra da Bodoquena, e enfatiza o fato de ser o local a primeira e única unidade de conservação de proteção federal integral implementada em Mato Grosso do Sul. São apresentadas como soluções para o problema a verificação por parte do Imasul (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul) a respeito dos drenos e a proteção das nascentes do rio. Outra solução apresentada é a instauração de procedimentos por parte da 2ª Promotoria de Justiça de Bonito, caso sejam comprovadas irregularidades, conforme destaca o promotor Alexandre Estuqui Júnior. A denúncia do problema no Rio Perdido foi feita pelo Instituto Homem Pantaneiro, representado no texto pelo seu presidente, o coronel Ângelo Rabelo. O texto cita o risco de desaparecimento do rio, mas não abrange seu impacto para o social.

A matéria referente ao Caso 2, intitulada “Justiça declara caducidade de decreto que criou parque nacional”, foi veiculada no dia 25 de julho de 2019 e assinada por Thiago Gomes. O texto apresenta chamada na capa, intitulada “80% da área de parque deve ser devolvida a proprietários”. No texto, o enquadramento está voltado para a falta de indenização de proprietários que tiveram áreas desapropriadas na criação do PNSBd. O episódio levou os proprietários a recorrerem na Justiça. Entre as argumentações estão, além da indenização, a ausência de delimitação do parque e projetos previstos para a unidade de conservação que funcionarão nas áreas ainda não indenizadas. O fato levou a Justiça Federal a declarar caducidade do decreto que criou o PNSBd. Outro problema identificado no texto é que a ausência de delimitação também tem reflexo na atividade de órgãos fiscalizadores, como Polícia Militar Ambiental (PMA) e até o próprio ICMBio (gestor do parque), que terminam por aplicar multas indevidas pela não oficialização da delimitação. O advogado dos fazendeiros que recorreram ao sistema judiciário para receber as indenizações acredita que a decisão, provisória até a publicação da reportagem,

deverá ser ratificada pela justiça. A matéria veiculada não dispõe de fontes com citações diretas e aborda ligeiramente que os proprietários têm prejuízos com a falta de indenização e delimitação do PNSBd.

O Caso 3 se refere à matéria “Desvio de Nascente do Salobra pode prejudicar turismo”, de autoria de Izabela Jornada, veiculada no dia 28 de agosto de 2019, na editoria Cidades. O breve texto aborda o impacto que empreendimentos turísticos podem sofrer com o turvamento das águas do Rio Salobra, considerado o maior responsável pelo turismo na Serra da Bodoquena. Conforme apresentado na publicação, há suspeita de desvio da nascente do Salobra para abertura de poço artesiano e, ainda, possível desvio por parte de fazendeiros para irrigação de plantações. As suspeitas são levantadas pelo Instituto Homem Pantaneiro, que espera investigação. A proposição da solução é apresentada pela única fonte citada no texto, o biólogo Sérgio Eduardo Barreto.

O texto do Caso 4 foi veiculado na editoria Cidades em 11 de setembro de 2019, com o título “Liminar que retirava 80% de parque é cassada”. A matéria, assinada por Fábio Oruê, apresenta chamada na capa intitulada “Cassada liminar que reduziu área de parque em 80%”. A matéria aborda a cassação da liminar que reduzia em 80% a área do PSNBd após pedido judicial de fazendeiros que não tiveram as indenizações de desapropriação pagas. Conforme a matéria, a justiça entendeu que a liminar de redução da área não tinha validade, já que a desapropriação seguia em discussão à época. Na matéria, enfatiza-se que o parque tem decreto consolidado e que, portanto, mesmo com a caducidade do documento de criação, seria necessária lei específica para alterar a delimitação da área. Há ainda, entre os motivos que levaram fazendeiros a recorrer na Justiça, a argumentação dos proprietários de que projetos de atividades turísticas, criação de receptivos e construção de pontes estavam previstos para ocorrerem nas áreas que ainda não foram indenizadas e não transferidas para a União, sendo, ainda, de caráter privado. Em outros termos, seriam considerados investimentos feitos em terras alheias. O texto não apresenta citações diretas e cita como impacto socioambiental a falta de indenização.

O Caso 5 se refere a matéria intitulada “Parque da Serra da Bodoquena incluído em programa de desestatização”, veiculada no dia 15 de abril de 2021 na editoria Brasil, com autorias da Redação do *Correio do Estado* e da *Agência Brasil*. O texto aborda a inclusão do Parque em programa que prevê a concessão de serviços públicos de visitação, conservação, proteção e gestão à iniciativa privada. A publicação do decreto que prevê a

desestatização foi publicada no governo do então presidente Jair Bolsonaro. O objetivo, conforme a publicação, é aumentar o fluxo turístico nacional e internacional, garantindo, assim, benefícios para o desenvolvimento da região onde se encontra a Unidade de Conservação. A iniciativa gerou preocupação em organizações socioambientais que temem alterações sensíveis nas regras de licenciamento ambiental e regularização fundiária. O encontro dessas organizações com deputados federais prevê que as propostas cheguem ao Plenário da melhor forma possível, após debates para ajustes.

O referido texto (Caso 5), ao que tudo indica, baseia-se no decreto que prevê a concessão de diversas Unidades de Conservação do país à iniciativa privada, o qual se inclui o PNSBd. Apenas uma citação direta é feita e o Governo Federal é identificado como fonte. Não estão presentes falas diretas de outras fontes, bem como constata-se ainda a ausência de fontes diretamente afetadas pela problemática (moradores da região, entre outros). Ao final, a matéria cita que as organizações socioambientais, embora preocupadas, ponderam que o debate sobre o assunto poderá ser feito em outro momento, haja vista que à época os esforços estavam voltados para assuntos relacionados ao combate da pandemia de covid-19. Destaca-se que a matéria em questão possui chamada na capa do jornal intitulada “Parque será concedido e aberto para visitação”.

O Caso 6, que traz como título “Bombeiros monitoram área próxima ao Parque da Bodoquena após extinguir fogo”, refere-se à matéria publicada pelo *Correio do Estado* em 13 de julho de 2021, com autoria de Silvio Andrade. O texto, presente na editoria Cidades, traz como problema as consequências de um grande incêndio que atingiu o banhado do Rio da Prata, entre Bonito e Jardim, na Serra da Bodoquena, destruindo 3.750 hectares. Os focos de fogo, conforme citado, surgiram em fazenda da região e se alastraram para diversas propriedades. O difícil acesso ao local, que possui mata fechada e regiões de brejo, dificultou o trabalho do Corpo de Bombeiros. O combate foi mais efetivo porque contou com apoio de fazendas da região, brigadistas e aeronaves locadas pelo Governo de Mato Grosso do Sul. Para que o problema deixasse de ocorrer, o Corpo de Bombeiros seguiu com monitoramentos das áreas a fim de evitar novos focos de incêndio. A matéria traz citação direta do major do Corpo de Bombeiros, André Vitório Munhoz, que relata como o fogo se alastrou e a dificuldade do acesso ao local. Novamente, não estão presentes fontes afetadas diretamente pela ocorrência. O texto apresenta que o fogo afetou fazendas, mas não aborda impactos socioambientais da

destruição dos 3.750 hectares. Por fim, destaca-se que o Caso 6 possui chamada na capa do jornal com titulação “Incêndio controlado”.

O Caso 7 refere-se à publicação feita no dia 3 de janeiro de 2021 na editoria Correio B, intitulada “Ecologia nas estradas”, com autoria de Silvio de Andrade. O texto abrange o atropelamento de animais silvestres em rodovias da região de Bonito e como iniciativas do Governo Estadual e de organizações não-governamentais estão atuando para reduzir a mortandade. As principais causas dos atropelamentos apontadas pelo texto são o intenso fluxo de veículos e a falta de infraestrutura nas rodovias para que os animais cruzem as vias com segurança. Na publicação, é possível observar que há preocupação com a preservação da fauna silvestre e da vida humana. No entanto, o enquadramento foca-se mais nos animais do que nos seres humanos e não há dados apresentados sobre a mortandade de animais e nem número de acidentes que envolvem veículos e animais. Fonte de entidade idealizadora de projeto implantado em Bonito para reduzir os acidentes mostra preocupação em reafirmar a imagem de Bonito enquanto local referência do ecoturismo, citando que se busca, ainda, tornar a cidade como modelo de redução de atropelamentos/preservação de animais silvestres. Também é citado que a população clama por mudança do cenário. Para isto, propõem-se iniciativas para redução dos atropelamentos através de melhorias de infraestrutura, como a implantação de passagens subterrâneas e áreas para que animais possam cruzar as rodovias com segurança. São apresentadas na reportagem cinco fontes, das quais quatro são oficiais e uma especialista (Eduardo Riedel, então secretário de Infraestrutura do Estado/Seinfra que posteriormente tornou-se governador de Mato Grosso do Sul; Maria Fernanda Balestieri, gestora de projeto da Seinfra; Pedro Celso, diretor de Meio Ambiente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos/Agesul; Maurício Forlani, da Oscip Ampara Silvestre; e Fernanda Abra, Bióloga). Em conclusão, a matéria apresenta foco no atropelamento de animais silvestres nas rodovias da região de Bonito, com objetivo de mostrar iniciativas para evitar os atropelamentos, não apresentando dados da mortandade dos animais e de acidentes envolvendo veículos, bem como não se aprofundando nos impactos socioambientais da problemática apresentada.

O Caso 8 refere-se à matéria publicada na editoria “Cidades” em 17 de fevereiro de 2022, intitulada “Lei das Águas Cristalinas deve voltar à pauta na Assembleia Legislativa”, assinada por Rodrigo Almeida. A matéria aborda a necessidade da regulamentação da Lei das Águas Cristalinas com mais rigidez, apresentando

ligeiramente como problemática a degradação ambiental causada por proprietários de terra na região do Rio Formoso, em Bonito, que descumprem as regras legais previstas há mais de duas décadas. A única fonte citada, o então presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, deputado estadual Paulo Côrrea, fala sobre barrar a degradação ambiental e o que prevê a legislação. O texto cita apenas que a atitude dos proprietários em criar entradas para o Rio Formoso causa degradação ambiental, sem oferecer detalhes sobre quais seriam esses impactos.

O Caso 9 refere-se à matéria veiculada no dia 23 de fevereiro de 2022, na editoria Política, intitulada “Concessão de parques será assinada na próxima semana”, com autoria da Redação do *Correio do Estado* e da agência *Estadão Conteúdos*. A matéria tem foco na concessão de parques nacionais e destaca o Parque Nacional da Serra da Bodoquena. De acordo com a publicação, as concessões focam na conservação desses locais. Não é apresentado se o Governo Federal enfrenta dificuldade na conservação dos parques. Contudo, as inferências do enquadramento apresentado permitem concluir que a iniciativa privada seria a melhor opção para que essas áreas continuem protegidas, como observado no trecho da fala do ministro do Meio Ambiente à época, Joaquim Leite, ao dizer que “o privado vai transformar os parques”. Já o Ministério do Meio Ambiente argumenta que os parques nacionais têm beleza cênica e relevância ecológica, podendo receber atividades de recreação como o turismo ecológico. O texto destaca, ainda, que no caso da criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, o objetivo é preservar a região e animais como o cascudo-cego, onça pintada e onça parda. Não é citado se a concessão poderá ter algum tipo de impacto socioambiental.

Fim do percurso - considerações finais/resultados

Em síntese, observa-se a partir da análise que os principais problemas que podem ter impacto socioambiental na Serra da Bodoquena abordados entre os anos de 2019 e 2022 a partir dos enquadramentos oferecidos pelo jornal *Correio do Estado* se referem a: 1) episódios de turvamento de rios com águas cristalinas; 2) desapropriação de propriedades rurais e indenização de proprietários na criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena; 3) desvio de nascentes; 4) desestatização do parque; 5) incêndios na região do PNSBd; e 6) atropelamentos de animais em rodovias da região da Serra da Bodoquena.

No que diz respeito às causas dos problemas apresentados, encontram-se, principalmente: 1) ação humana (como o turvamento de rios e desvios de nascentes

decorrentes de atividade agropecuária, conforme apresentado nos casos 1, 3, 6 e 9); 2) ações e negligências de órgãos oficiais (como, por exemplo, falta de indenização a proprietários que tiveram áreas desapropriadas para criação do PNSBd – casos 2 e 4); 3) ausência de infraestrutura em rodovias para evitar atropelamentos de animais – caso 7); e 4) questões econômicas (desestatização do PNSBd a partir de aumento na demanda turística local – caso 5).

Os estudos desenvolvidos neste artigo nos levam a observar, ainda, que a maior parte das fontes citadas nas matérias são oficiais (ligadas a órgãos e entidades) e secundárias, ou seja, aquelas chamadas à pauta jornalística para atribuir explicações aos fenômenos (SOLEY, 1992; LAGE, 2005). Nos nove casos analisados não foram utilizadas fontes primárias (personagens impactados pelas circunstâncias da cobertura, como trabalhadores rurais assentados, indígenas, quilombolas e ribeirinhos) e há abordagens, como os casos 2 e 4, que não trazem citações diretas.

Quanto aos impactos socioambientais que podem decorrer dos problemas apresentados, chega-se à conclusão de que a complexidade do tema é pouco explorada pelos enquadramentos proporcionados pelas matérias veiculadas, bem como são ausentes as discussões desses impactos sobre a vida de populações tradicionais moradoras da região. No geral, os textos salientam – de forma sumária – os impactos econômicos que podem ocorrer no contexto da cadeia produtiva regional, tratando, por exemplo, das consequências para os fazendeiros que não receberam indenizações de desapropriação para criação do parque nacional ou para donos de empreendimentos que podem ser prejudicados pelo turvamentos dos rios.

As análises empíricas apresentadas no artigo integram um estudo mais amplo, em nível de pós-graduação, que se debruça sobre os enquadramentos jornalísticos sobre questões ambientais na Serra da Bodoquena na imprensa sul-mato-grossense nas duas últimas décadas. As limitações de espaço intrínsecas do artigo e as demais análises ainda em curso não permitem um maior aprofundamento em termos de tendências longitudinais. Todavia, os resultados aqui apresentados encontram consonância com a hipótese de fundo de que nos últimos anos as questões socioambientais da Serra da Bodoquena tiveram sua complexidade reduzida a problemas pontuais e, em sua essência, pouca visibilidade em um dos principais e mais significativos veículos jornalísticos de Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

BOGGIANI, P.C. Por que Bonito é Bonito? *In*: SCREMIN-DIAS, E. *et al.* **Nos jardins submersos da Bodoquena**: guia para identificação de plantas aquáticas de Bonito e região. Campo Grande: Editora UFMS, 1999. p. 10-23.

ENTMAN, R. **Framing**: towards clarification of a fractured paradigm. *Journal Communication*, v. 43, n.4, 1993.

GEERTZ, C. J. **O Senso comum como um sistema cultural**. *In*: GEERTZ, Clifford J., **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 9.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

GITLIN, T. **The whole world is watching**: mass media in the making and unmaking of the New Left. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 2003.

GONÇALVES, L. F.; SILVA, M.P. **Enquadramento jornalístico de questões socioambientais na Serra da Bodoquena (MS)**: proposta de estudo. *In*: 23º CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 23., 2023, Campo Grande. Anais [...]. Campo Grande: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2023.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena**. Brasília: 2003.

LAGE, N. **A Reportagem**: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LOPES, M. I. V. **Pesquisa em Comunicação**. 8. ed., São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

MELO, J. M., ASSIS, F. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. Editora Umesp, 2010.

PORTO, M. P. **Enquadramentos da Mídia e Política**. *In*: Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, XXVI., 2002, Caxambu (MG), 25 p.

SILVA, M. P.; RAPOSO, M. M. **Jornalismo e ideologia da cultura**: os conflitos entre indígenas e ruralistas em Mato Grosso do Sul. *Matrizes*, v. 15, 2021.

SODRÉ, M. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOLEY, L. C. **The News Shapers**: The Source Who Explain the News. New York, Westport, London: Praeger Publishers, 1992.

SOUZA MARTINS, J. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

VEIGA, J. E. **A emergência socioambiental**. 3. Ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2015.